

PAULO DE BESSA ANTUNES

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS

DECRETO 6.514/2008

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	V
--------------------	---

APRESENTAÇÃO	VII
--------------------	-----

1ª PARTE AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO 1 – AS INFRAÇÕES E AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS.....	3
--	---

1.1 Considerações gerais	3
1.1.1 Tipos em branco e abertos	5
1.1.2 Violação do princípio da legalidade	7
1.1.2.1 Crime e ilícito administrativo	9
1.2 Poder de polícia ambiental e infração administrativa	10
1.2.1 Poder de polícia ambiental	10
1.2.2 <i>Non bis in idem</i>	14
1.3 As sanções administrativas	18
1.3.1 Advertência	19
1.3.2 Multas (simples e diária)	20
1.3.3 Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.....	22
1.3.4 Destruição ou inutilização de produto.....	23
1.3.5 Suspensão de venda ou fabricação do produto	24
1.3.6 Embargo de obra ou atividade e de suas respectivas áreas	24
1.3.7 Demolição de obra.....	27
1.3.8 Suspensão parcial de obra ou atividade.....	30
1.3.9 Valores das multas e caracterização de negligência ou dolo	31

CAPÍTULO 2 – A IMPOSIÇÃO DAS SANÇÕES	33
2.1 Advertência	38
2.2 Multas	41
2.3 Demais sanções administrativas	51
CAPÍTULO 3 – PRESCRIÇÃO E DANO	67
3.1 Aspectos gerais	67
3.2 Base legal.....	72
3.3 Reparação do dano	74
3.4 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).....	75
CAPÍTULO 4 – INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A FAUNA	77
4.1 Proibição de maus-tratos	86
4.2 Ilícitos administrativos relativos à pesca	94
CAPÍTULO 5 – INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A FLORA.....	113
5.1 Proteção às florestas e demais formas de vegetação.....	113
5.2 Ilícitos administrativos relativos aos produtos madeireiros	116
5.3 Impedimento de regeneração de vegetação e danos à vegetação	120
5.4 Política nacional de manejo integrado do fogo	142
CAPÍTULO 6 – INFRAÇÕES RELATIVAS À POLUIÇÃO E OUTRAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS	151
6.1 Poluição atmosférica	157
6.1.1 Lei 14.850/2024 (Política Nacional de Qualidade do Ar)	158
6.2 Poluição sonora	163
6.3 Dificultar o uso de praias	163
6.4 Ausência de destinação adequada	164
6.5 Mineração	166
6.6 Produtos tóxicos e perigosos	169
6.7 Ausência de licenciamento ambiental	170
6.8 Outras infrações	173

CAPÍTULO 7 – INFRAÇÕES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	175
7.1 A matéria na Constituição Federal	175
7.1.1 O papel dos municípios	177
7.2 Os tipos administrativos	180
CAPÍTULO 8 – INFRAÇÕES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL.....	187
8.1 Fiscalização	195
8.2 Falta de apresentação de documentos	201
8.3 Estudos ambientais	203
CAPÍTULO 9 – INFRAÇÕES COMETIDAS EXCLUSIVAMENTE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	205
9.1 Pesquisa científica e exploração de imagem	207
9.2 Plano de manejo	209
9.3 Dano	211
2ª PARTE	
PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS	
CAPÍTULO 10 – A AUTUAÇÃO.....	219
10.1 A legalidade constitucional	219
10.2 Procedimento e processo administrativo ambientais	220
10.2.1 Os princípios do processo	222
10.3 A autuação	224
10.3.1 O auto de infração	227
10.3.1.1 Vícios do Auto de Infração e prescrição	227
10.3.1.1.1 Vícios sanáveis e insanáveis dos autos de infração	230
10.4 Mecanismos alternativos de solução de controvérsias	240
10.4.1 A necessária adoção de mecanismos alternativos de solução de disputas	241

CAPÍTULO 11 – A DEFESA ADMINISTRATIVA.....	249
11.1 A defesa técnica	250
11.2 PRAZOS PROCESSUAIS	253
11.2.1 O prazo razoável	253
11.2.2 Preclusão e preclusão administrativa	255
CAPÍTULO 12 – INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO	257
12.1 A instrução	257
12.2 A produção de provas	258
12.3 Alegações finais.....	260
12.3.1 Intimação por edital	264
12.4 O julgamento administrativo	269
CAPÍTULO 13 – RECURSOS	273
CAPÍTULO 14 – DO PROCEDIMENTO RELATIVO À DESTINAÇÃO DOS BENS E ANIMAIS APREENDIDOS.....	277
CAPÍTULO 15 – PROCEDIMENTO DE CONVERSÃO DE MULTA SIMPLES EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA RECUPERAÇÃO DA QUALI- DADE DO MEIO AMBIENTE.....	281
15.1 Programa Nacional de Conversão de Multas do Ibama (PNCMI)	281
15.2 Dificuldades para a execução da conversão das multas	285
15.3 Implementação da conversão da multa	287
CAPÍTULO 16 – DISPOSIÇÕES FINAIS	291
REFERÊNCIAS	295